



FACULDADE CALAFIORI

**SUSTENTABILIDADE JUNTO À EDUCAÇÃO
INFANTIL PRÉ-ESCOLA INFANTIL III DE SÃO
SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG**

LILIANA APARECIDA DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF. DRA. FABIANA LUCA ALVES

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

SUSTENTABILIDADE JUNTO À EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA INFANTIL III DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

LILIANA APARECIDA DE OLIVEIRA

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fabiana Luca Alves

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

**SUSTENTABILIDADE JUNTO À EDUCAÇÃO INFANTIL
PRÉ-ESCOLA INFANTIL III DE SÃO SEBASTIÃO DO
PARAÍSO - MG**

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, senhor Itamar Barbosa de Oliveira e senhora Aparecida Martins de Jesus Oliveira, e familiares que pouco tempo tive de visitá-los.

À minha avó, dona Ivone Barbosa de Oliveira, pelos cuidados a mim dispensados.

À Orientadora Fabiana Luca Alves e à Coordenadora da Educação Infantil do nosso município, Ana Elizabete de Carvalho Pádua, pelo apoio. E ainda, a todos àqueles que direta ou indiretamente colaboraram e torceram por esta conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus que conhecendo o mais íntimo do meu ser, me permitiu realizar este grande sonho, de concluir meu curso superior e defender o nosso planeta.

À professora doutora Fabiana Luca Alves, por sua amizade e dedicação enquanto orientadora.

Ao corpo docente desta instituição de ensino superior, pela competência e disponibilidade em atender às minhas necessidades e compreender minhas limitações e fraquezas.

Aos colegas da turma, aos dirigentes e funcionários desta instituição, pela acolhida e respeito a mim dispensados.

Aos meus pais, pelos incentivos e apoio incondicional.

*"Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda".*

Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 – REVISÃO DE LITERATURA	12
1.1 – Relação Homem-Natureza	12
1.2 – Caracterização do desenvolvimento sustentável	13
1.3 – Caracterização da Educação Ambiental.....	20
2 – OBJETIVOS.....	25
3 – METODOLOGIA	26
3.1 – Participantes do estudo	26
3.2 – Método da coleta de dados	26
3.3 – Análise dos dados	27
4 – RESULTADOS.....	28
5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
6 – CONCLUSÃO	43
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APACASS – Associação de Preservação Ambiental das Cooperativas e Associações dos Distribuidores de Produtos Fitossanitários do Sul e Sudoeste de Minas

ARA – Associação de Reciclados de Arcos Minas Gerais

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COOPARAÍSO – Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Minas Gerais

EA – Educação Ambiental

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso propõe que a educação ambiental seja aplicada nas escolas considerando a importância da temática Meio Ambiente como tema transversal dos currículos escolares, permeando toda prática educacional e envolvendo todo segmento da população buscando a compreensão e preservação dos espaços com vista à sustentabilidade econômica, cultural e ambiental. Haja vista a necessidade do momento que tornou essencial educar para o desenvolvimento sustentável, almejando a mobilização e a modificação da realidade ambiental. O trabalho pautou por conteúdos científicos pesquisados nos acervos bibliotecários e pela pesquisa de campo realizada nas 18 instituições de ensino de Educação Infantil Pré-Escola (Infantil III) existente em São Sebastião do Paraíso, MG. Os professores responderam a um questionário individual sobre as metodologias relacionadas à Educação Ambiental, desenvolvidas nas escolas que os mesmos lecionam. Apenas 10 docentes contribuíram com a pesquisa que focou na observação e análise das práticas educacionais favoráveis à percepção ambiental. Os resultados mostraram que, apesar de todos professores envolvidos disserem que trabalham com a temática Meio Ambiente nas escolas, de forma interdisciplinar e por meio de projetos, na prática a realidade é outra. Na maioria das vezes, o ensino fica restrito a datas comemorativas, sem levar em consideração as causas dos problemas ambientais, não permitindo a mudança de postura do aluno frente ao ambiente. Estudos futuros serão necessários nas escolas paraisenses para entender melhor o que é falado pelos professores e o que é realmente desenvolvido como prática pedagógica.

Palavra Chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Educação Infantil. Pré-Escola

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna tem sido responsável por importantes conquistas na área das ciências e da tecnologia. Nunca o mundo experimentou uma evolução científica e tecnológica num ritmo tão vertiginoso quanto ao que assistimos nos tempos atuais.

No entanto, as conquistas e o conforto obtidos pelo desenvolvimento de modernos meios de transportes, a evolução dos sistemas de comunicação e as comodidades de que dispomos no mundo contemporâneo foram conseguidos por meio da exploração dos Recursos Naturais da Terra que, ao longo do tempo, foi realizada de maneira irracional na maior parte das vezes.

Na verdade, como ser inteligente e criativo que é o homem, se julgou superior a tudo que existe: animais, plantas, rios, montanhas... e sempre se considerou dono absoluto da Terra e de seus recursos. Logicamente, nem sempre tivemos a consciência de nossos atos e dos efeitos que poderiam causar ao planeta e a todos nós.

Nós, os seres humanos, em nossa ânsia de progresso e riqueza, tendo nas mãos um planeta com todos os recursos necessários à sobrevivência das espécies que o compartilham, julgávamos que os recursos da Terra eram inesgotáveis e que éramos bons o bastante para domar a natureza.

Durante muito tempo, ignoramos o fato de que a sobrevivência da espécie humana só é possível se estiver inserida num contexto de preservação do planeta Terra. Para isso, é necessário cuidar dos recursos imprescindíveis à manutenção da vida: ar, água, flora e fauna.

Para assegurar nosso conforto, transformamos montanhas ricas em minérios em automóveis, máquinas de lavar, fogões...; florestas deram lugar à monocultura de produtos agrícolas mais rentáveis; transformamos petróleo em isopor, plástico e combustíveis fósseis que serão devolvidos à natureza sob a forma de gases poluidores e lixo.

Percebe-se que os Recursos Naturais sempre foram impactados pelas atividades humanas, mas foi somente no século XX que as questões ambientais contribuíram para redefinir a economia, a sociedade e a política. A relação natureza-sociedade tem exigido reflexão.

O debate nesse contexto alterou a perspectiva para o desenvolvimento, que passou a ser fundamentado pela ciência e pela compatibilização ecossocioeconômica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de construção do conceito de sustentabilidade e discutir sua identificação e aplicabilidade no âmbito do setor de ensino, frente à exploração dos Recursos Naturais que passou a ser feita de forma demasiadamente intensa, devido ao advento da industrialização, urbanização e do capitalismo.

A Industrialização provocou um processo de concentração populacional nas cidades, exigindo imensos mananciais e gerando milhares de toneladas de lixo diariamente. O modelo econômico impõe a concentração de renda, o consumismo desenfreado, desimpedindo o crescimento da miséria e da fome; resultando na utilização desregrada de matérias-primas e na destinação incorretas dos resíduos gerados pelo processo de produção, elevando assim os índices de degradação do ambiente.

Será abordado o tema Sustentabilidade junto à Educação Infantil; Pré-Escola infantil III nas instituições de ensino da rede pública e particular de São Sebastião do Paraíso – MG, com finalidade de conhecer a realidade escolar do nosso município, no aspecto de educação ambiental. Uma vez que, foi criada a Lei de 9.795 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil em 04 de Abril de 1999 estabelecendo que todos têm direito a Educação Ambiental como um "componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal; envolve estudantes desde a educação infantil até a

fundamental, média e universitária e a educação informal; envolve todos os seguimentos da população.

Ainda em relação à educação infantil, a Resolução n^o 5, de 17 de dezembro de 2009; propõe que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.

As instituições de ensino serão convidadas a refletir sobre sua proposta pedagógica, nos aspectos de Educação Ambiental e participar da pesquisa de campo realizada. Os docentes poderão contribuir com a pesquisa, expondo um pouco de suas experiências respondendo um questionário (Anexo pg. 47) referente às metodologias desenvolvidas, que tem como desafio: Como ensinar a cuidar dos Recursos Naturais numa sociedade que submete os indivíduos, os povos e a natureza aos interesses do mercado, mobilizando as energias sociais para a produção e a acumulação?

Os seres humanos e a natureza estão divorciados na origem das dicotomias que caracterizam a visão de mundo moderna. Nessas circunstâncias, como as instituições de ensino infantil materializam em seu cotidiano este distanciamento do mundo natural e como ensinam as crianças amar e preservar a natureza?

Busca-se investigar se a educação infantil Paraisense favorece a promoção da consciência ambiental e integração da criança na sociedade esperando que a mesma se torne referência em seu lar e com seus pares na manutenção e conservação do patrimônio físico, cultural e natural. Partindo da concepção de que o conhecimento pode transformar uma realidade e ser um poderoso aliado para preservação dos espaços com vista à sustentabilidade econômica, cultural e ambiental.

1 – REVISÃO DE LITERATURA

Faz-se uma explanação de conteúdos científicos pesquisados nos acervos bibliográficos a respeito da Relação Homem-Natureza, da Caracterização do Desenvolvimento Sustentável e da Caracterização da Educação Ambiental.

1.1 – Relação Homem-Natureza

A relação do homem com o ambiente muito evoluiu durante milhares de anos e começou a ser desenhada a partir da Pré-História, quando esta ocorria de maneira natural. No início desse período, o homem era essencialmente caçador e coletor, portanto, nômade, uma vez que ainda não possuía conhecimento para transformar o ambiente no qual ele vivia.

Com sua evolução, o homem aprendeu dominar o fogo – um elemento da natureza – e, com o passar do tempo, dominou também a agricultura. Logo, passou a compreender e controlar a natureza transformando-a para manter sua sobrevivência, aprendeu a reproduzir grãos e a domesticar e criar animais.

Assim, originaram-se as primeiras tribos que viviam em comunidades e desenvolviam suas atividades de forma cooperativa. Esse processo contribuiu

para o surgimento de vilas e cidades que se dedicavam à agricultura. Contudo, com o advento da agricultura, as paisagens foram se modificando, as populações foram crescendo e se aglomerando, formando cidades, geralmente próximos dos rios, o que garantia a fertilidade do solo, proporcionando colheitas cada vez maiores.

O excedente produzido e colhido na agricultura deu origem à primeira forma de comércio, que acontecia por meio de troca entre mercadorias, o escambo. Esse por sua vez, foi evoluindo e adquirindo características financeiras.

O sistema de produção foi se aprimorando e conseqüentemente, aumentando sua lucratividade, “coloca o homem em oposição à natureza na forma da produção capitalista”. Tal evolução e descoberta por parte do homem desencadeou uma utilização desregrada dos recursos, o que originou o cenário em que vivemos hoje. (ALBANUS, 2005).

Os seres humanos não são intrinsecamente “bons”, mas são capazes tanto de grandes gestos construtivos e de generosidade quanto de egoísmo e de destruição. No entanto, a sociedade humana só é viável quando o comportamento das pessoas se baseia numa ética. Sem ela, não é possível a convivência. E sem convivência, sem vida em comum, não há possibilidade de existência de qualquer sociedade humana, muito menos de uma sociedade sustentável. Um grande equívoco seria associar qualidade de vida somente com riqueza material. A qualidade de vida do homem está vinculada à qualidade de água que se bebe, do ar que se respira, dos alimentos que se consome e da saúde que se obtém por meio desse conjunto. A dura realidade econômica não justifica a destruição e a poluição, quando se sabe que há processos de produção mais adequados. Também não se justifica que, para poucos acumulem mais riquezas, muitos tenham que se submeter à destruição, ao dano da saúde e, muitas vezes, à pobreza (SOUZA, 2001, p.32).

O modelo de desenvolvimento estabelecido a partir da Revolução Industrial (final do século XVIII) gerou um aumento significativo no processo de destruição da natureza. Esse processo desencadeou reações e provocou organizações sociais, em torno da conservação da natureza, moldando o movimento ambientalista. Além disso, o conceito “Meio Ambiente” deixa de ser sinônimo de “natureza”, ou “Recursos Naturais”, pois a redução deste conceito a aspectos exclusivamente naturais exclui as interdependências e interações com

a sociedade, tanto quanto a contribuição das ciências sociais à compreensão e à melhoria do ambiente humano (SOUZA, 2001)

1.2 – Caracterização do desenvolvimento sustentável

A expressão “Desenvolvimento Sustentável” surgiu em 1980, na estratégia mundial de preservação, “destacando-se nos estudos da organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX” (ENLAZADOR, 2010).

A idéia de sustentabilidade foi introduzida em abril de 1987, pela primeira vez, no documento “Nosso Futuro Comum.” Tal documento contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além da administração do crescimento urbano (DIAS, 1992; ENLAZADOR, 2010).

Ainda em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou, se decidiu incluir a Educação Ambiental nas políticas nacionais dos países (SOUZA, 2001).

Segundo Dias (1992) A Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1992, estabelece o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “um desenvolvimento que atendam as necessidades da população presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas”. Além disso, é importante buscar atividades que funcionem em harmonia com a natureza promovendo, acima de tudo, a melhoria de vida de toda a sociedade.

A sustentabilidade é considerada a chave para a solução dos problemas ambientais, e foi o tema central e norteador dos debates durante a conferência Rio 92. Nela, a educação foi apontada como fator fundamental para a produção do desenvolvimento sustentável e de uma efetiva participação na tomada de decisões (SOUZA, 2001).

Percebe-se que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda está em construção, segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema.

O desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais como o presente e o futuro (CANEPA, 2007, p.98).

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTY, 2000, p.100).

Sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. As discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que se está aceitando a idéia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a idéia de crescimento constante sem preocupação com o futuro (CAVALCANTE, 2003, p.112).

Nas Propostas apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), citado por Souza (2001); emprega-se o termo “desenvolvimento sustentável” significando “melhorar qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas”.

O PNUMA com o apoio da ONU e de diversas organizações não governamentais propôs, em 1991, princípios, ações e estratégias para a construção de uma sociedade sustentável. Uma sociedade sustentável é aquela que vive em harmonia com nove princípios interligados apresentados a seguir.

- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos, de modo que se preocupe com as outras pessoas e outras forma de vida, agora e no futuro.
- Melhorar a qualidade da vida humana, “permitindo que os seres humanos percebam o seu potencial, obtendo autoconfiança e uma vida plena de dignidade e satisfação”.
- Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra.
O desenvolvimento deve ser tal que garanta a proteção “da estrutura, das funções e da diversidade

dos sistemas naturais do Planeta, dos quais temos absoluta dependência”.

- Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis. Não podem ser usados de maneira “sustentável”, porque não são renováveis. Mas podem ser retirados de modo a reduzir perdas e principalmente a minimizar o impacto ambiental. “Deve-se utilizar destes recursos em menor quantidade na obtenção de produtos, ou pela substituição por recursos renováveis, quando possível”.
- Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra.
Não se pode ter uma definição exata, por enquanto, mas sem dúvida há limites para os impactos que os ecossistemas e a biosfera como um todo podem suportar sem provocar uma destruição arriscada. Necessita-se de políticas que desenvolvam técnicas adequadas e tragam equilíbrio entre a capacidade da natureza e a necessidade de uso pelas pessoas.
- Modificar atitudes e práticas pessoais.
“Para adotar a ética de se viver sustentavelmente, as pessoas devem reexaminar os seus valores e alterar o seu comportamento. A sociedade deve promover atitudes que apóiem na nova ética e desfavoreçam aqueles que não se coadunam com o modo de vida sustentável”.
- Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente.
É nas comunidades que os indivíduos desenvolvem a maioria das atividades produtivas e criativas. E constituem o meio mais acessível para a manifestação de opiniões e tomada de decisões sobre iniciativas e situações que as afetam.
- Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação.
A estrutura deve garantir “uma base de informação e de conhecimento, leis e instituições, políticas econômicas e sociais coerentes”. A estrutura deve ser flexível e regionalizável, considerando cada região de modo integrado, centrado nas pessoas e nos fatores sociais, econômicos, técnicos e políticos que influem na sustentabilidade dos processos de geração e distribuição de riqueza e bem estar.
- Constituir uma aliança global.
A sustentabilidade do planeta depende da confluência das ações e de todos os países, de todos os povos. As grandes desigualdades entre ricos e pobres são prejudiciais a todos. “A ética do cuidado com a Terra aplica-se em todos os níveis, internacional, nacional e

individual. Todas as nações só têm a ganhar com a sustentabilidade mundial e todas estão ameaçadas caso não consigamos essa sustentabilidade". (SOUZA, 2001, p.67)

O conceito de desenvolvimento sustentável requer um modelo de desenvolvimento direcionado à preservação do meio ambiente, como base biofísica da economia, capaz de ser mantida por sucessivas gerações. Trata-se de adotar uma alternativa de progresso que prescindir da interação entre variáveis tais como: ecologia, economia, social, física, política e institucional (RONDON, 2008 e SANTOS, 2002)

Para facilitar a compreensão do conceito de sustentabilidade Sachs (1993, p.72) a divide em cinco dimensões:

a) Sustentabilidade ecológica – refere-se à básica física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atitudes produtivas.

b) Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas em faces das agressões antrópicas.

c) Sustentabilidade social – tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso dos países com problemas de desigualdades e de inclusão, implica a adoção de políticas distribuídas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habilitação e seguridade social.

d) Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

e) Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado.

De acordo com Lucci, Branco e Mendonça (2004), a utilização de recursos deve respeitar a capacidade de reposição da natureza, de modo que o crescimento econômico não venha a agredir violenta e irreparavelmente os ecossistemas e possa, ao mesmo tempo, reparar os graves problemas sociais. É preciso promover mudanças nos hábitos de consumo e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças sociais para viabilizar a proposta do desenvolvimento sustentável.

A viabilização do desenvolvimento sustentável exige também o estabelecimento de políticas governamentais, ações empresariais e da sociedade civil; exige a elevação do nível de vida de parte significativa da população da terra, que vive em condições subumanas; exige, por fim, a modificação dos padrões de consumo das sociedades do mundo desenvolvido, as quais devem diminuir a demanda por recursos da natureza e a produção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos (LUCCI, BRANCO e MENDONÇA, 2004, p.86).

Os principais fatores responsáveis pela crescente extração dos recursos naturais são: o avanço das tecnologias, o consumo, o desperdício e o crescimento populacional. O impulso incontrolável de possuir bens pelo simples prazer de ter, mesmo já possuindo algo semelhante ou equivalente, é estimulado pelos meios de comunicação e incentiva a indústria a aumentar sua produção. Conseqüentemente, o gasto de energia, extração de matéria-prima e o volume de resíduos que são descartados também. Como se não bastasse, a própria indústria incentiva o desperdício ao produzir bens pouco duráveis, cujos componentes nem sempre são biodegradáveis e em pouco tempo precisam ser substituídos (RONDON, 2008; SANTOS, 2002).

Os Recursos Naturais estão sendo consumidos nos volumes mais altos de todos os períodos e em uma velocidade maior do que o tempo que a natureza precisa para repor. Até 2020, a demanda global por energia deve aumentar em 70%. O consumo de água deve subir em 40% até 2025. As necessidades humanas já ultrapassam em 25% a quantidade de recursos que a Terra é capaz de nos fornecer (RONDON, 2008; SANTOS, 2002).

Dados revelam que são devastados sete milhões de hectares de floresta por ano; um em cada quatro mamíferos corre o risco de extinção devido à destruição de habitat, caça e mudança climática; entre 1950 e 2005, a produção

de metais cresceu seis vezes, a de petróleo, oito, e o consumo de gás natural, quatorze vezes. No total, 60 bilhões de toneladas de recursos são extraídos anualmente - cerca de 50% a mais do que 30 anos atrás. (ESTADO DO MUNDO, 2010 *apud* RONDON, 2008).

Dessa forma, o surgimento de uma sociedade sustentável deve ser fundamentado em educação, saúde, cidadania, informação correta e conhecimento relevante. "Uma nova forma de civilização, baseada no uso sustentado de recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial" (SOUZA, 2001).

Pode-se observar o emprego da palavra "sustentável" em diversas expressões tais como: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável.

Dias (1992, p.27), parte do princípio de que:

Se a atividade é sustentável, para todos os fins práticos ela pode continuar indefinidamente. Contudo, não pode haver garantia de sustentabilidade em longo prazo por que muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis.

Diante disso, propõe-se que as ações humanas ocorram dentro das técnicas e princípios conhecidos de conservação, estudando seus efeitos para que se aprenda rapidamente com os erros. Portanto, traz implicações para o trabalho dos professores e responsabilidades para a escola como uma das instancias da sociedade que pode contribuir para o mesmo processo.

Para Enlazador (2010), a Agenda 21 e a Carta da Terra, ambos geradas na Eco 92, são instrumentos importantes para a implementação de ações sustentáveis.

Agenda 21:

A Agenda 21 é um documento lançado na ECO 92 (ou RIO 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD – Realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro), que sistematiza um plano de ação com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

A expressão “Agenda” tem o sentido de planejar a participação de toda a sociedade civil, setor privado e governo, convocando-os para participar e assumir os compromissos que visem solucionar problemas a curto, médio e longo prazo. Ela foi subscrita por 179 países e pode ser aplicada em escolas, empresas, bairros e comunidades sendo uma ótima ferramenta para o enraizamento de práticas sustentáveis onde vivemos, estudamos e trabalhamos. (ENLAZADOR, 2010).

De acordo com a Agenda 21, as gestões social, econômica e ambiental devem estar interrelacionadas. Não basta, por exemplo, impedir que agricultores realizem queimadas. O trabalho de conscientização deve vir acompanhado de amparo técnico e financeiro, o qual possibilite a implantação de outros processos agrícolas sustentáveis, bem como garanta renda e boas condições de vida a quem trabalha com a terra. Da mesma forma, a implantação de sistemas de coleta seletiva e reciclagem de lixo devem levar em conta a participação dos catadores de papel e de outros materiais recicláveis, de modo que esses trabalhadores sejam inseridos nos sistemas de direitos trabalhistas e de seguridade social, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e de vida.

Entre os objetivos mais gerais da Agenda 21, destacam-se: a universalização do saneamento básico; a participação mais ativa das ONGs, dos sindicatos e dos trabalhadores na vida da sociedade; o planejamento e uso sustentado dos recursos do solo, das formações vegetais e dos rios, lagos e oceanos; a conservação da biodiversidade.

Carta da Terra

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. Ela resultou de uma série de debates interculturais sobre objetivos comuns e valores compartilhados, realizados em todo mundo por mais de uma década, com uma grande participação de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil.

A Carta da Terra nos traz importantes ressalvas sobre o meio ambiente, foi retificada pela UNESCO e aprovada pela ONU, em 2002. Desafia-nos a examinar nossos valores e a escolher um caminho melhor, e também nos encoraja a buscar aspectos em comum em meio à nossa diversidade e adotar uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. Num momento onde educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, alianças internacionais são cada vez mais necessárias.

1.3 – Caracterização da Educação Ambiental

Em Estocolmo, em 1972, se realizou a primeira Conferência Internacional Intergovernamental destinada a tratar especificamente da questão ambiental, da qual resultou a “Declaração sobre o Ambiente Humano”. Nessa ocasião, as ações educativas foram consideradas fundamentais para a resolução das questões ambientais, resultando no Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), consolidado posteriormente em Belgrado (1975).

Nessa conferência, evidenciou-se uma diferença entre os países ricos e os pobres na visão do problema ambiental. Os ricos defendiam a realização de controles internacionais para reduzir a poluição. Ao contrário dos pobres, que interpretavam como um freio ao desenvolvimento. O Brasil também defendia o ponto de vista dos países pobres, pois o país vivia um período muito fértil de expansão industrial, “o milagre econômico”, cujos governantes defendiam a poluição como o preço a ser pago pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Segundo Moura citado por Souza (2002), foi também durante a realização da Conferência de Estocolmo que surgiu a necessidade de se convencionar a Educação Ambiental.

A primeira Conferência Intergovernamental dedicada especialmente à Educação Ambiental ocorreu em Tbilisi, em 1977. Nela foram definidos os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental. Também ficou estabelecido que o conteúdo e a prática da educação ambiental devem ser orientados para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (SOUZA, 2002).

Seguem abaixo alguns princípios da Educação Ambiental a ser desenvolvidas nas escolas, que resumem as resoluções da referida Conferência:

- Considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seu aspecto natural e construído, tecnológico e social (econômico, político, histórico, cultural, técnico, moral e estético);
- Constituir um processo permanente, desde o início da educação infantil e contínuo durante todas as fases do ensino fundamental;
- Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental;
- Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
- Concentrar-se nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando em conta uma perspectiva histórica;
- Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais;
- Considerar de maneira explícita os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento;
- Promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências;
- Estabelecer para os alunos de todas as idades, uma relação entre a sensibilidade ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, a atitude para resolver os problemas e a clarificação de valores, procurando, principalmente, sensibilizar os mais jovens para os problemas ambientais existentes na sua própria comunidade;
- Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- Ressaltar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as atitudes necessárias para resolvê-los;

- Utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa e uma ampla gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais. (DIAS, 1992, p.30).

De acordo com Oliveira e Carvalho citado por Silveira (2002):

No ano de 1973, no Brasil foi criado o SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), preocupando-se em definir seu papel no contexto nacional.

Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente – definida por meio da Lei nº 6938/81 – situa a Educação Ambiental como princípios que garantem: A preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

No final da década de 80, o Brasil, ao estabelecer sua política de desenvolvimento, determinou a introdução da Educação Ambiental nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, através de sugestões do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, em seu art. 225, estabelece: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as gerações presentes e futuras”.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9.304 reafirma os princípios definidos na Constituição com a relação à Educação Ambiental. Em 1997, o MEC frente aos problemas ambientais, incluiu a temática Meio Ambiente nos currículos escolares, como tema transversal, permeando toda a prática educacional, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ainda fica estabelecido que esse tema tem que ser trabalhado enfatizando a interdisciplinaridade, com uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em aula.

Em 04 de abril de 1999, no Brasil, foi criada a Lei de 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa é a lei mais recente e importante para a EA. Ela foi regulamentada em 25 de junho de 2002 através do

Decreto 4.281 com princípios que deverão ser seguidos em todo o país. A lei estabelece que todos têm direito a Educação Ambiental como um "componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal".

A educação formal envolve estudantes desde a educação infantil até a fundamental, média e universitária e a educação informal envolve todos os seguimentos da população (OLIVEIRA e CARVALHO).

A educação seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida e pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios. Tendo essa premissa básica como referência, propõe-se que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente de busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social de uso dos recursos naturais (REIGOTA, 1997, p.108).

Estes saberes estão em coerência com uma concepção de conhecimento que não fragmenta a realidade, que não vê o mundo como máquina, mas como organismo vivo, como uma vasta rede de relações em que todos os seres estão interconectados (MORIN, 1990, p.112).

A PNEA em seu artigo 1º, define Educação Ambiental como:

Os processos por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa lei ainda envolve em sua esfera de ação os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos públicos e organizações não-governamentais (OLIVEIRA e CARVALHO, 2002).

Em relação à educação infantil a Resolução n º 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil:

Art. 9º - As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos

norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

X – promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais (TIRIBA, 2005, p.13).

Segundo Oliveira e Carvalho (2002), o Estado de Minas Gerais realizou, em setembro de 1999, o 1º Fórum Estadual de Educação Ambiental, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e diversos representantes de diferentes segmentos da sociedade mineira: universidades, escolas, associações, órgãos públicos e privados, ONGs e outros. Após debate, decidiram pela criação do Fórum Permanente de Educação Ambiental de Minas Gerais e de sua Comissão Interinstitucional Coordenadora; esta, assumindo suas atribuições, criou o projeto Mapeando a Realidade da Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais com a finalidade de mapear as experiências de educação ambiental de modo a subsidiar a construção coletiva de um Programa Estadual de Educação Ambiental que valorize as potencialidades locais.

2 - OBJETIVOS

- Alertar os professores sobre as atividades educacionais inviáveis direcionadas a educação ambiental.
- Propor que a metodologia utilizada favoreça a promoção da conscientização ambiental e a integração das crianças na sociedade viabilizando o desenvolvimento sustentável.
- Colaborar para o processo de compreensão e preservação dos espaços com vista à sustentabilidade econômica, cultural e ambiental almejando cidadãos plenos conscientes e mobilizados, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental.

3– METODOLOGIA

O trabalho de conclusão de curso foi elaborado a partir de estudos e pesquisa bibliográfica, além de uma análise criteriosa do questionário aplicado aos docentes de Educação Infantil Pré-Escolar (Infantil III).

3.1- Participantes do estudo:

Foi feita uma pesquisa de campo realizada em 18 instituições de ensino de Educação Infantil Pré-Escola (Infantil III) da rede pública – abrangendo zona rural e urbana – e rede particular de São Sebastião do Paraíso, MG.

3.2- Método de coleta de dados:

O estudo contou com conteúdos científicos pesquisados em sites, livros, revistas, jornais, leis e artigos referentes à Educação Ambiental. A pesquisa foi realizada tanto na biblioteca da Faculdade Calafiori, bem como na biblioteca municipal dos professores de São Sebastião do Paraíso, MG.

Para obter as informações que foram à base do estudo, foi aplicado um questionário (Anexo, p.47) contendo 7 questões relacionadas à prática docente, os recursos materiais e humanos utilizados, as dificuldades e facilidades encontradas para abordar a Sustentabilidade e a Educação Ambiental na Pré-Escola (Infantil III). Os professores participantes responderam o questionário

individualmente sobre as metodologias relacionadas à Educação Ambiental, desenvolvidas nas escolas que os mesmos lecionam, convocando-as a refletir sobre sua proposta pedagógica.

Nas instituições da zona rural, o questionário foi entregue via malote da Secretaria Municipal de Educação do Paraíso, MG. As escolas foram avisadas por telefone sobre a finalidade da pesquisa e foi estipulado o prazo de sete dias para devolvê-lo, também via malote. As demais instituições foram visitadas pessoalmente pelo pesquisador.

A pesquisa foi quanti-qualitativa, uma vez que esta tem caráter exploratório estimulando os participantes a pensarem sobre o tema. A pesquisa teve o objetivo de apurar opiniões, atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizou-se de instrumento padronizado (questionários). Ele testa, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem índices que podem ser acompanhados com outros. (MINAYO, 1994).

O questionário é um método de coleta de dados, destinado a uma pesquisa onde o número de participantes envolvidos é grande, apresenta um custo mais barato e economiza tempo. No entanto, existem algumas desvantagens em relação a sua aplicação, pois muitas vezes os questionários são entregues e poucos acabam sendo devolvidos com as respostas. O trabalho presente encontrou essa problemática, pois dentre as 18 turmas que o município atende apenas 10 colaboraram com o estudo expondo um pouco de suas práticas metodológicas relacionadas à Educação Ambiental e à Sustentabilidade.

3.3- Análise dos dados:

Com base nos conteúdos científicos encontrado nos acervos bibliotecários e as respostas do questionário foi realizado um agrupamento de acordo com as opiniões comuns, e classificação das variáveis, explorando tabelas a fim de clarear o resultado e expondo experiências dos docentes entrevistados.

As respostas foram dispostas em quatro grupos: a prática docente, os recursos materiais, as dificuldades e as facilidades encontradas para abordar o tema Sustentabilidade e a Educação Ambiental na Pré-Escola Infantil III.

4 – RESULTADOS

Apenas 55,5% das instituições de ensino de Educação Infantil Pré-Escola (Infantil III) da rede pública – abrangendo zona rural e urbana – e rede particular de São Sebastião do Paraíso, MG devolveram os questionários respondidos.

Os resultados obtidos com o questionário estão descritos de acordo com as perguntas e respostas. As informações foram analisadas e organizadas em 3 tabelas e 1 gráfico para ilustrar as informações, com a finalidade de facilitar o entendimento do estudo.

1) Prática Docente:

Em relação à Prática Docente, 100% dos professores que fizeram parte da pesquisa relataram que as instituições, as quais eles representam, sabem de suas responsabilidades com a Educação Ambiental, prevista no Sistema Educacional; a qual é estudada de forma sistemática e frequente (Tabela 1).

Tabela 1: Respostas dos professores referentes à frequência que os docentes trabalham com Sustentabilidade e Educação Ambiental na Pré-escola Infantil III:

<i>Modalidade</i>	<i>Porcentagem (%)</i>
Frequente	100%

Pouco Frequente	0%
Não é trabalhado	0%

Na indagação de como as escolas abordam o tema, 50% dos professores responderam que adotam o projeto como principal ferramenta de trabalho, outros 50% responderam que utilizam atividades diversificadas e interdisciplinares durante todo o ano letivo, além de contar com o apoio da comunidade escolar para desenvolvê-las (Tabela 2).

Tabela 2: Respostas dos professores referentes às principais práticas docentes para trabalhar com Sustentabilidade e Educação Ambiental na Pré-Escola Infantil III.

Modalidade	Porcentagem (%)
Através de aulas expositivas de ciências.	0%
Através de palestras e/ou oficinas nas datas comemorativas, “Dia da Árvore”.	0%
Por meio de projetos.	50%
Por meio de atividades diversificadas e Interdisciplinares, durante todo o Ano letivo, contando com apoio Da comunidade escolar.	50%

2) Recursos Materiais:

Todos os professores entrevistados (100%) utilizam como fontes de pesquisa para a preparação das aulas relacionadas com Sustentabilidade e Educação Ambiental, principalmente materiais didáticos como: livros, revistas, recursos de multimídias, oficinas experimentais, pesquisa de campo, debates,

projetos, etc (Tabela 3). Além disso, os mesmos acrescentaram que não precisam ser necessariamente materiais didáticos encontrados na instituição de ensino que lecionam. Há várias organizações governamentais e não governamentais que dispõem de um acervo de livros, filmes e outros materiais que podem ser requisitados para empréstimo para os professores desenvolverem às suas atividades.

Tabela 3: Respostas dos professores referentes aos principais recursos didáticos utilizados para trabalhar com Sustentabilidade e Educação Ambiental na Pré-Escola Infantil III.

Modalidade	Porcentagem
Somente o livro didático, pois é suficiente para conscientizar as crianças.	0%
Diversos materiais didáticos, Recursos De multimídias, Oficinas experimentais, Pesquisa de campo e projeto.	100%
Competição entre as escolas, cujos alunos Realizam mutirões de reciclados representando-as Podendo receber premiações quando vencedores.	0%

3) Dificuldades de Abordar o Tema Meio Ambiente e Sustentabilidade:

O questionário aplicado apurou que 70% dos professores encontraram dificuldades na abordagem do tema Meio Ambiente e Sustentabilidade, apesar dos mesmos relatarem que esse tema é estudado com certa frequência nas instituições que trabalham (Gráfico 1). Quando o assunto foi relacionado com a coleta de lixo seletiva, os professores destacaram a necessidade da conscientização por parte das famílias para realizarem essa coleta de maneira

eficiente, principalmente daquelas da zona rural que, talvez, ainda não enxerguem tal necessidade e não apresentem conhecimento suficiente sobre o assunto. Dessa forma, foi destacada a importância de se trabalhar Sustentabilidade nas escolas desde a Educação Infantil.

Ainda foi levantada pelos professores a necessidade das pequenas e grandes empresas de se empenharem mais na preservação da natureza e até desenvolver trabalhos de responsabilidade social, construindo laços de parcerias com as instituições de ensino, podendo assim reforçar a conscientização para que as pessoas reconheçam suas responsabilidades e passem a assumi-las. Ademais, os entrevistados também concordaram que é necessário o aumento de campanhas de televisão, multimídias em geral e palestras envolvendo toda a comunidade visando o reforço da conscientização de se desenvolver uma vida mais sustentável.

Os professores também entendem que o conteúdo de Sustentabilidade deve ser trabalhado de forma criativa para que os alunos, em todas as etapas escolares, possam consolidar o conceito e transportar para sua vivência, tornando cidadãos conscientes e ativos.

4) Facilidades de Abordar o Tema Meio Ambiente e Sustentabilidade:

Dentre os professores entrevistados, apenas (30%) relataram encontrar facilidades em abordar o tema Meio Ambiente e Sustentabilidade (Gráfico 1). Eles disseram que as crianças se interessam muito pelo tema, e assim, torna-se mais fácil trabalhar com elas em sala de aula. Apontaram também como uma forma de se trabalhar esse tema a possibilidade de convidar pessoas da própria comunidade, principalmente os idosos, para compartilharem com as crianças os conhecimentos que possuem a respeito do modo de ser, viver e trabalhar da comunidade local, como era a paisagem local e daquilo que se transformou no lugar onde as crianças vivem, sempre investindo no trabalho de conscientização ambiental, esperando que as crianças adquiram uma mentalidade ecológica.

Gráfico 1: Respostas referentes às dificuldades e facilidades de abordar o tema Sustentabilidade e Educação Ambiental na Pré-Escola Infantil III.

=

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos nesta pesquisa forneceram as seguintes evidências:

- Todas as instituições de ensino colaboradoras abordam o tema Meio Ambiente frequentemente de modo sistemático, através de projetos ou de atividades sequenciadas de forma diversificada e interdisciplinar.
- Tais instituições utilizam diversos materiais didáticos, recursos de multimídias, oficinas experimentais, pesquisa de campo, debates e projetos para facilitar o processo ensino-aprendizagem, favorecendo a formação de consciência dos alunos com relação ao Meio Ambiente. Os professores disseram ainda que trabalham de forma efetiva e integrada a proposta política pedagógica de sua instituição, dentro de um ambiente propício, almejando um desempenho produtivo e relevante.
- As práticas pedagógicas relacionadas ao tema Meio Ambiente ainda contam com recursos materiais disponibilizados pelas organizações governamentais e não-governamentais.
- Como dificuldade de abordar o tema, merece destaque o apelo pela conscientização das famílias, para realizarem as coletas seletivas de lixo, inclusive as famílias de zona rural, que ainda não enxergam tal benefício.
- Para tentar amenizar essa problemática seria necessário realizar várias campanhas para conscientizar essas famílias.
- Como facilidades de abordar o tema, conta-se com o interesse das crianças e a integração de pessoas da comunidade, principalmente os idosos que podem compartilhar seus conhecimentos com os alunos.
- Os módulos vigentes não estão adotando o assunto de Meio Ambiente, mas os professores contam com o apoio que a *Emater/Cooparaiso* local prestam comunidade em relação ao tema, através do projeto coleta itinerante “APACASS”.

Esse tema foi escolhido, pois além de ser um assunto atual, é também um problema enfrentado por toda a população mundial, sendo de extrema importância a sua abordagem desde a educação infantil. Partindo desses princípios, pensou-se em entrevistar os professores para saber as concepções que eles já têm sobre o assunto e a partir delas construir uma proposta didática adequada para desenvolvê-lo, de maneira que o aluno reflita e desenvolva o seu pensamento crítico. A escola cumpre papel fundamental como promotora e

mobilizadora não só dos professores e alunos, mas também de toda a comunidade.

Apesar dos professores dizerem (via questionário) que trabalham com Educação Ambiental de forma diversificada e interdisciplinar, temos que tomar cuidado com a análise dessas respostas. Hoje em dia, é muito comum os professores falarem que realizam EA nas escolas. Eles apresentam discursos prontos em relação a essa temática, falando-se sempre da importância de conservação e preservação dos recursos ambientais. No entanto, o que observamos é que a maioria dos professores não sabe trabalhar com Educação Ambiental. Muitas das atividades propostas ficam apenas no âmbito ecológico, sem estudar as reais causas dos problemas ambientais.

De acordo com Souza (2001), trabalhar o tema Meio Ambiente traz necessidade de aquisição de conhecimento e informação por parte da escola para adequar a metodologia desempenhada junto aos alunos. Não se deve associar “meio ambiente” a “problemas ambientais”, o que acontece muitas vezes, devendo-se ao fato da mídia veicular uma grande quantidade de informações sobre os problemas ambientais, como poluição, lixo, desmatamento, etc. E também ao fato de todo movimento ecológico estar articulado em função da realidade ambiental que enfrentamos.

Embora o professor não seja obrigado a “saber tudo”, ele precisa-se manifestar aberto para aprender sobre o assunto e, também, transmitir a seus alunos noção de que o processo de construção de conhecimento é constante. Na possibilidade de compreender a gravidade desses problemas e vir a desenvolver valores e atitudes de respeito ao meio ambiente é necessário que, antes de tudo, se saibam quais as qualidades desse ambiente, dessa natureza que se quer defender, porque as pessoas protegem aquilo que amam e valorizam.

De acordo com Minnini (1997), podemos distinguir duas vertentes na educação ambiental, as quais ela denominou ecológico-preservacionista e socioambiental.

A vertente ecológico-preservacionista apresenta a concepção de educação ambiental voltada apenas para a preservação e conservação da natureza, sem uma análise das causas econômicas e sociais dos problemas ambientais. Ela promove o desenvolvimento individual de atitudes éticas que

resolveria a crise ambiental, não dando importância a todo o contexto político, econômico e social aos quais esses problemas estão vinculados. Ainda podemos destacar a abordagem reducionista da educação ambiental, ficando o seu ensino restrito aos conteúdos de Ecologia confundindo-se, portanto, com o de Biologia. Os professores acabam defendendo a paralisação do desenvolvimento e mostrando uma visão catastrófica do futuro da humanidade.

Já a vertente socioambiental, além da preservação e conservação da natureza, contempla os aspectos socioeconômicos e históricos; compreende o ambiente como processo histórico de relações mútuas entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais; fornece instrumentos de análise para a compreensão e resolução dos problemas ambientais; valoriza a pluralidade cultural nas sociedades; defende que os problemas socioambientais não são catástrofes, mas desafios ao conhecimento científico e limites ao próprio homem e valoriza a criatividade e o esforço coletivo na busca de um novo modelo de um desenvolvimento baseado na racionalidade ambiental.

Portanto, podemos perceber que o que prevalece nas escolas acaba sendo um ensino técnico da educação ambiental, num contexto a-político e a-histórico, características presentes na vertente ecológico-preservacionista. Essa prática ambiental acabou sendo altamente disseminada pelo Brasil. Isso pode ser explicado pelo fato de que talvez os professores não foram capacitados para serem sujeitos da ação educativa a atuarem como cidadãos e participarem ativa e responsabilmente na tomada de decisão sobre o futuro do planeta. Muitos deles não conhecem a parte técnica e metodológica essencial para o desenvolvimento de uma educação ambiental eficaz.

Dessa forma, as aulas acabam ficando restritas somente a datas comemorativas como: Dia da Árvore, Dia da Água, Semana do Meio Ambiente dentre outras, sem proporcionar de maneira efetiva uma mudança de postura comportamental dos alunos em relação às questões ambientais. Nessas datas as atividades ficam restritas a “trabalhinhos” elaborados e mimeografados pelos professores que não ganham profundidade e nem o cuidado necessário, acabando por difundir estereótipos culturais e favorecendo pouco a construção de conhecimentos sobre a diversidade de realidades sociais, culturais, geográficas e históricas. (SOUZA, 2002).

Podemos dizer que as escolas acabam pregando o verde pelo verde, preservar por apenas preservar e isso fica tão nítido nos dizeres dos professores, inclusive dos entrevistados neste trabalho. Portanto, serão necessários estudos futuros nas escolas de São Sebastião do Paraíso para entender melhor o que é falado pelos professores e o que é realmente desenvolvido como prática pedagógica.

A ausência de um discurso crítico, camuflando a complexidade social e a dinâmica das inter-relações dialéticas construídas ao longo do processo histórico entre as modalidades de organizações políticas, sociais, econômicas, culturais e o substrato biofísico, propicia uma educação que não produz nenhuma mudança efetiva, refletindo uma concepção e formulando um projeto educacional comprometido com a manutenção do próprio modelo de sociedade que gerou a crise ambiental (GUIMARÃES, 2000, p.66).

O desafio que se coloca é formar uma Educação Ambiental crítica e inovadora que compreende práticas educativas voltadas para a sensibilização e mobilização da comunidade em ações que visem à melhoria da qualidade do meio ambiente, promovendo a transformação cultural, prevista pela vertente sócio-ambiental.

Segundo Silveira (2002), o processo de educação ambiental se constrói, fundamentalmente, em três momentos básicos de transformação: a sensibilização, a conscientização e a mobilização. Estas três etapas de construção ocorrem necessariamente, uma após a outra; uma ação condiciona a outra. Assim, não se pode conscientizar sem antes sensibilizar e, da mesma maneira, não se pode mobilizar sem antes ter sensibilizado e conscientizado. Expressa como tarefa de sensibilização: o despertar do aluno; o que é de tarefa de conscientização: o refletir do aluno e o que é de tarefa de mobilização: o agir do aluno.

Entende-se que a sensibilização é de importância vital no processo educacional e condiciona todas as demais fases. Consiste em despertar o indivíduo para a temática ambiental. Somente desperto, o aluno, monitorado pelo professor, poderá, então, refletir sobre esses desafios ambientais e, a partir da reflexão, adquirir conhecimento para construir as bases da sua transformação e da sua comunidade. Logo, mudanças nascem na emoção e no sentir, e são, logo após, acolhidas pela razão que, por sua vez, passa a lhes

dar direção, a lhes dar sentido. Nascem então os pilares da ação, da mobilização – o colocar em movimento para mudar (SILVEIRA, 2002).

Posteriormente, vem a etapa de conscientização – canaliza o desejo de mudança para a mudança efetiva, conhece os fenômenos causadores dos problemas ambientais e as possíveis soluções técnicas mais apropriadas, adquirindo o saber – para, então, estarem aptos à construção de novos comportamentos ambientalmente corretos. Precisam-se tornar cidadãos ambientais (SILVEIRA, 2002).

Por fim, ainda de acordo com o mesmo autor, chega-se à fase de mobilização, em que o aluno, já sensibilizado e conscientizado, prepara e realiza a sua função, tornando real, para si mesmo, o abandono de seus hábitos ambientalmente incorretos e adquirindo, progressivamente, novos comportamentos ambientais corretos. Essa etapa requer a desprogramação de atos mecanizados durante anos, quando não, toda uma vida.

Segundo Silveira (2002, p.62), Podemos destacar as principais Diretrizes da Educação Ambiental criadas pelo Ministério da Educação (2005). Dentre elas temos:

- 1) Permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais, culturais, econômicos, éticos, estéticos, políticos, etc;
- 2) Não deve transformar-se em uma nova disciplina. Deve, portanto, buscar um enfoque inter e transdisciplinar;
- 3) Afastar-se da pedagogia exclusivamente informativa. Deve apontar para a resolução de problemas concretos utilizando o meio ambiente imediato como recurso pedagógico;
- 4) Difundir uma visão sistêmica de mundo, uma visão de integração;
- 5) Favorecer uma participação responsável e eficaz da população, na concepção e aplicação das decisões que põem em jogo a qualidade do meio natural, social e político;
- 6) Ter como base o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
- 7) Não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social;

- 8) Ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro quanto fora da escola;
- 9) Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional e nacional até alcançar uma escala planetária;
- 10) Assumir a valorização da cultura, redução das desigualdades sociais e a defesa da paz.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é que quanto mais cedo o tema for abordado com as crianças, maiores são as chances de despertar a consciência pela preservação. A educação é sempre mais efetiva se começada pela criança, pois a mente humana em formação é mais receptiva aos ensinamentos. A educação para uma vida sustentável deve começar já nos primeiros anos de vida, durante a educação infantil, fazendo com que as crianças aprendam a explorar o meio ambiente com curiosidade, percebendo-se como ser integrante, dependente, transformador e, acima de tudo, que tem atitudes de conservação (NOVA ESCOLA, 2002).

Contribuindo com esse posicionamento Bee (1996, p.73), afirma que os anos iniciais salientam como o período em que são lançadas as sementes para as habilidades sociais e personalidade da criança. A escola assume vital importância para a consolidação desse processo por ser um espaço social capaz de formar consciência.

O mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem e aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas às suas indagações. Tal fato possibilita que as crianças carreguem consigo uma bagagem de conhecimentos que soma no processo ensino-aprendizagem.

Os professores precisam desenvolver uma forma de aquisição de conhecimentos sistematizada e aprofundada, baseando principalmente na resolução de problemas e na investigação e ir além do mero estimular a curiosidade natural da criança; partir de seus conhecimentos prévios uma vez que a forma natural de aquisição de conhecimentos das crianças é espontânea, visa à diversão e o prazer e está diretamente relacionada à atividade natural de brincar (CRISPIM, 2009).

Como já foi salientado, a educação infantil é privilegiada para aprender-ensinar porque as crianças colhem suas primeiras sensações, suas primeiras impressões do viver. Neste sentido, a dimensão ambiental não poderia estar ausente.

Desde a primeira infância, a importância da Educação Ambiental enquanto processo que religa ser humano e natureza, razão e emoção, corpo e mente; conhecimento e vida. Educação fundada numa ética do cuidado, respeitadora da diversidade de culturas e da biodiversidade. Educação Ambiental que é política, no sentido em que reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, auto-gestão e ética nas relações sociais e com a natureza. (TIRIBA, 2005, p.12 *apud* REIGOTA, 2004, p.10).

Em continuidade, Tiriba (2005, p.12), aponta três objetivos para o projeto político pedagógico comprometido com a preservação da vida:

A) Religar as crianças com a natureza

Profice (2010, p.16) *apud* Tiriba (2005, p.12), afirma que as crianças apresentam uma tendência à aproximação e familiaridade com seus elementos, uma afeição pelas coisas vivas, denominada como biofilia; na medida em que são afastadas dos ambientes naturais, esta afeição pode não se desenvolver, gerando, ao contrário, sentimentos de desapego e indiferença ao mundo natural. As crianças de diferentes faixas etárias necessitam do contato com a natureza, este permite conhecer o mundo exterior e a liberdade.

B) Reinventar os caminhos do saber

Em sociedade sustentável, devem-se ensinar conhecimentos diferentes daqueles que foram necessários para a construção da sociedade industrial, cujo objetivo pressupõe uma nova maneira de sentir e pensar a vida, em que a natureza é um organismo vivo, e não uma máquina passível de interpretação racional.

Não se trata de aprender o que é uma árvore decompondo-a em suas partes. Mas de senti-la e compreendê-la em interação com a vegetação que está ao redor, com os animais que dela se alimentam, considerá-la em sua capacidade de seus frutos e a sombra em que brincamos. Experiência de plantio de hortaliças,

flores e ervas e temperos possibilitam às crianças esta percepção ecológica da realidade, em que interações entre seres, coisas e fenômenos tendem sempre para um todo coerente e complexo. (MATURANA e VARELA, 2002, p.29 *apud* TIRIBA, 2005, p.12).

C) Dizer não ao consumismo e ao desperdício

O consumismo se difunde pelo planeta, como se fosse o caminho para a felicidade. Muitas vezes, funciona como compensação para as insatisfações e frustrações geradas pela insuficiência de proximidade afetiva, num estilo de vida que valoriza o ter, em detrimento do ser (BOFF, 1999, p.16 *apud* TIRIBA, 2005, p.13).

Numa sociedade sustentável, torna-se necessário que as crianças aprendam a consumir de forma equilibrada, e, diferenciar o que é realmente necessário daquilo que é supérfluo.

Dessa forma, Galo (2003, p.22) *apud* Tiriba (2005, p.13), afirma que:

Na perspectiva de religar as crianças com o mundo natural, reinventar os caminhos de conhecer e dizer não ao consumismo e ao desperdício, busca-se conceitos que atuem como ferramentas, que exerçam uma função de questionamento e provocação da realidade, possibilitando fazer a crítica do mundo, para instaurar outros mundos.

Para Souza (2001), a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado requer responsabilidade individual e coletiva em níveis locais, nacional e planetário. A questão ambiental centra-se na formação de valores, atitudes e posturas éticas, e no domínio de procedimentos e conceitos. Cabe à escola formar cidadãos plenos, conscientes e mobilizados; aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental.

Este trabalho também nos mostrou que a coleta seletiva de lixo ainda é um dos grandes problemas enfrentados nos centros urbanos e rurais. De acordo com o estudo, as famílias da zona rural de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, enfrentam dificuldades por não saberem realizar ou não fazerem de maneira eficiente essa coleta.

O abandono de embalagens de agrotóxicos na própria lavoura, em curso d'água ou reutilizados inadequadamente no uso doméstico, representa uma das dificuldades mais visíveis nas comunidades rurais e que afeta a economia

rural, agredindo a natureza e a saúde humana pela contaminação dos solos, mananciais de água e lençóis freáticos.

Mesmo sendo orientada a devolvê-los à distribuidora destes produtos, essa população ainda resiste, muitas vezes pelo simples fato de falta de informação sobre o assunto. Outro aspecto que também pode contribuir com isso, seria que a execução desses padrões de comportamentos causadores e/ou mantenedores de problemas ambientais ainda não foi internalizada em seus corações e seus centros de emoções. Dessa forma, uma proposta para tentar mudar esse quadro poderia ser a sensibilização desse povoado, através de uma Educação Ambiental efetiva, possibilitando uma mudança de postura social, como já foi discutido anteriormente. A Educação Ambiental deve ser feita em todas as faixas etárias, desde as crianças até os idosos.

Outra proposta de mudança que vem ao encontro com esta problemática seria fortalecer o projeto de coleta seletiva itinerante visando aperfeiçoar o processo de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos em municípios próximos a São Sebastião do Paraíso. O nosso município conta com a Apacass – Associação de Preservação ambiental das Cooperativas e Associações dos Distribuidores de Produtos Fitossanitários do Sul e Sudoeste de Minas - Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas de São Sebastião do Paraíso, gerenciada pela Cooparaiso em parceria com a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Departamento de Agricultura, Emater-MG e Secretaria de Educação.

Neste ano de 2011, já foram coletados mais de 1 tonelada de embalagens de agrotóxicos na cidade de São Tomas de Aquino, fato que indica a aceitação positiva da medida por parte dos agricultores. A Central também realizou um evento, “Dia do Campo Limpo”, que reuniu 345 estudantes das escolas municipais que foram orientados quanto à conscientização ambiental e métodos de reciclagens.

A cidade de Arcos Minas Gerais, em parceria com a Emater-MG e a Prefeitura Municipal possuem a ARA – Associação de Reciclados de Arcos, cuja Usina Velha – Zona Rural de Arcos Minas Gerais – ofereceu mais de 1 tonelada de lixo na coleta realizada pela associação em parceria com alunos da Escola “Laura Andrade” e vigilantes epidemiológicos do município que realizaram a coleta.

Outra medida para a solução do lixo na comunidade rural poderia ser a realização de oficinas de produção e/ou conserto de brinquedos, feiras de trocas de objetos, livros, revistas, brinquedos utilizando materiais recicláveis. Este trabalho possibilitará que os adultos e as crianças aprendam a cooperar, a negociar sem o valor monetário, mas sim com o valor afetivo.

Nos dias de hoje, tem-se dado grande importância à questão da correta destinação dos resíduos produzidos nas unidades familiares, mas quando esse assunto é as unidades familiares rurais, pouco é discutido e comentado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), revelam que a coleta de lixo nas comunidades rurais atinge apenas 20% dos domicílios, em consequência disto muitas vezes os resíduos são dispostos de forma errônea na natureza.

Segundo Rouquayrol (1994), o meio rural também necessita de atenção e soluções sanitárias corretas, pois com isso são evitadas contaminações do meio ambiente e possíveis doenças que venham a atingir os seres humanos em decorrência de uma má disposição dos resíduos.

Porém, para que a sociedade repense seus hábitos, é importante que a educação ambiental e a conscientização trabalhem juntas e com isso consigam alcançar as mudanças necessárias (BRASIL, 2008).

6 – CONCLUSÃO

O presente trabalho veio apontar que o impacto ambiental é uma consequência da concentração industrial, da urbanização, do crescimento econômico e populacional. Os aumentos significativos na renda e no consumo fizeram com que os problemas ambientais associados às atividades produtivas se fizessem sentir de forma generalizada sobre o bem estar das pessoas e do meio ambiente. Muitos são os desafios pelos quais a humanidade tem passado no decorrer dos anos e tais questões fundamentam-se no conflito entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A pesquisa realizada apurou que o conceito como “Desenvolvimento Sustentável e Educação para a Sustentabilidade” fazem parte da linguagem do dia a dia, mas nem sempre os seus significados são alvo de reflexão e crítica, ainda que desenvolver ações a favor do meio ambiente, preservar o ecossistema e evitar o desperdício de recursos naturais não sejam mais ações pequenas de grupos ambientalistas e sim de todos. A preocupação com o equilíbrio ambiental é um tema cada vez mais atual e a disponibilização de informações adequadas viabiliza esforços a demais seguimentos.

Talvez as instituições formadoras de professores precisassem melhor capacitá-los neste aspecto pensando que as metodologias e práticas de sala de aula adotada pelos professores são consequências do seu posicionamento epistêmico e paradigmático face ao papel educativo da escola e do seu próprio papel. Outro aspecto que deve ser levado em conta é que quanto mais cedo o tema for abordado com as crianças, maiores serão as chances de despertar a

consciência pela preservação. Como já foi salientada, a educação infantil é privilegiada para aprender-ensinar porque as crianças colhem suas primeiras sensações, suas primeiras impressões do viver.

Acredita-se que com o avanço da EA, a conscientização das famílias quanto à coleta seletiva eficiente; o desempenho das pequenas e grandes empresas quanto a preservação da natureza, desenvolvendo trabalhos de responsabilidade social, construindo laços de parcerias com as instituições de ensino podendo reforçar a conscientização para que os indivíduos reconheçam suas responsabilidades sociais e assumam, inclusive o aumento de campanhas de televisão, multimídias em geral, e palestras envolvendo toda comunidade; torna-se facilitada e muito contribuirá para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a EA tem como desafio conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade, ensinar a cuidar numa sociedade que submete os indivíduos, os povos e a natureza aos interesses do mercado, mobilizando as energias sociais para a produção e a acumulação. Não temos dúvidas que para responder a este desafio a escola tem de se reestruturar. Só assim, a escola dará um contributo real na formação de cidadãos esclarecidos, críticos dando especial significado aos conteúdos que tem de veicular.

Além disso, serão necessários estudos futuros nas escolas de São Sebastião do Paraíso para entender melhor o que é falado pelos professores e o que é realmente desenvolvido como prática pedagógica eficaz para o desenvolvimento de uma consciência ecológica permanente e crítica das crianças.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANUS, L.L.F. Ecopedagogia: Educação e Meio Ambiente. Faculdade Luterana do Brasil, 2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997 – 2007. Brasília: MMA, 2008.

BEE, H. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 7ª Edição, 1.996 - Editora Artmed.

BEZERRA, M.C.L; BURSZTY.M. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: consórcio CDS/UNB/Abipti 2000.

CANEPA, C. Cidades Sustentáveis: o município como Locus da Sustentabilidade. São Paulo: Editora RSC, 2007

CRISPIM, C.C. Projeto Pedagógico: Ciranda. São Paulo, 1ª Edição 2009. Editora Mathema. (coleção ciranda, v.5)

CAVALCANTE, C. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Cortez, 2003

DIAS, G.F. Educação Ambiental, princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

FREIRE, P. Biblioteca Digital. Disponível em:
<<http://w.w.w.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/principal.jsp>> Acesso em:
27/05/2011 às 09:00h.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: no consenso um debate? Campinas: Papirus, 2000.

ENLAZADOR *apud* HASS, J. M. A destinação do lixo, do esgoto e dos dejetos nas propriedades rurais – estudo de caso – Comunidade de Poço Preto, Roque Gonzales, RS. II jornada de iniciação científica. Disponível em:
<<http://w.w.w.itéia.org.br/textos/almanaque-de-práticas-sustentáveis>> Acesso em: 27/05/2011 às 08h:41m.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo ano 2003.

LUCCI, E.A, BRANCO, A.L e MENDONÇA. C. Geografia Geral e do Brasil; 1º grau v. único. Ed. Saraiva, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo- Rio de Janeiro. HUCITEC-ABRASCO-1994.

MININNI, N. M. Breve histórico da Educação Ambiental. Brasília: Ipê, 1997.

MORIM *apud* TIRIBA,L. Reinventando Relações entre Seres Humanos e Natureza nos espaços de Educação Infantil. 6º: Edição São Paulo: Autores Associados, 2007.

PNEA, Plano Nacional de Educação Ambiental *apud* Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998; 3 v.: il.

REIGOTA *apud* TIRIBA,L. Reinventando Relações entre Seres Humanos e Natureza nos espaços de Educação Infantil. 6º: Edição São Paulo: Autores Associados, 2007.

RONDON, M.C. Recursos Naturais Ameaçados e a Reciclagem./ organizações Amigos da Natureza, 2008; 22p. (de olho no mundo, v. 4)

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: Medica e Científica- MEDSI, 1994.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI- Desenvolvimento e Meio AMBIENTE. São Paulo: Studio Nobel- Fundamentos para o desenvolvimento administrativo, 2003

OLIVEIRA e CARVALHO *apud* SILVEIRA, R.G.T. Água: Estratégias de Educação Ambiental na Escola in Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor. – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002; 144P. (Lição de Minas, v. 17)

SOUZA, P.R. Parâmetro Curricular Nacional: Meio Ambiente. 9: Edição MG: Ática, 2001.

TIRIBA, L. Crianças, Natureza e Educação Infantil. Rio de Janeiro, PUC- Rio; Tese de Doutorado, 2005

TIRIBA,L. Reinventando Relações entre Seres Humanos e Natureza nos espaços de Educação Infantil. 6º: Edição São Paulo: Autores Associados, 2007.

ANEXO

O questionário abaixo foi aplicado na Educação Infantil Pré-Escola Infantil III, com a finalidade de conhecer a realidade escolar do nosso município no aspecto de Educação Ambiental, uma vez prevista no Sistema Educacional.



QUESTIONÁRIO.

Nome (opcional): _____.

Idade (opcional): _____.

Tempo de trabalho e Função exercida: _____.

Série/Ano em que está atuando: _____.

OBS: PARA CADA PERGUNTA, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE MAIS SE APROXIMA DE SUA PROPOSTA.

1) A instituição aborda o tema Meio Ambiente? Como?

- Sim, através de aulas expositivas de Ciências.
- Sim, por meio de projetos.
- Sim, através de palestras e/ou oficinas nas datas comemorativas, (como Dia da Árvore).
- Sim, por meio de atividades diversificadas e interdisciplinar,

durante todo ano letivo, contando com apoio da comunidade escolar.

2) Com que frequência trabalha-se o tema Meio Ambiente, nesta instituição de Educação Infantil?

() Frequente. () Pouco frequente. () Não é trabalhado

3) Quais recursos são utilizados para desenvolver o seu trabalho relacionado ao tema Meio Ambiente?

() Somente o livro didático, pois é suficiente para conscientizar as crianças.

() Diversos materiais didáticos, recursos de multimídias, oficinas experimentais, pesquisa de campo e projetos.

() Competição entre as escolas, cujos alunos realizam mutirões de reciclados, representando-as, podendo receber premiações quando vencedor.

4) A Equipe Escolar julga necessária a formação de consciência dos alunos com relação ao Meio Ambiente, trabalha-se de forma efetiva e integrada a proposta da instituição, oferecendo um ambiente favorável, almejando um desempenho produtivo e relevante? Explique.

5) Quais são as dificuldades de se trabalhar o tema Meio Ambiente?

6) Você gosta de trabalhar o tema Meio Ambiente, participa de algum módulo relacionado ao tema, ou os profissionais não dispõem deste recurso? Comente.

7) Sinta-se a vontade para citar algo que julga enriquecer esta pesquisa e que não foi mencionado nas questões acima.

**AGRADEÇO A INSTITUIÇÃO PELA OPORTUNIDADE, AOS
PROFISSIONAIS QUE COLABORARAM COM SUAS INFORMAÇÕES,
QUE ENRIQUECERAM MEU TRABALHO DE PESQUISA.
MUITO OBRIGADO! COLOCO-ME A DISPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO.**

Liliana Aparecida de Oliveira, Graduanda – Pedagogia.